

indisciplinar

PBH Ativos S/A

**a financeirização da
produção do espaço e o
empresariamento urbano
em Belo Horizonte**

A gestão empresarial na “BH S/A”

**“Eu vim aqui para trazer
uma boa notícia para
o mercado imobiliário:
vamos criar terrenos em
Belo Horizonte”**

- Marcelo Faulhaber

Gestão márcio lacerda

FICA
FICUS



#RESISTE
IZIDORA



parque
jardim
américa



BH: um canteiro experimental



BH: um canteiro experimental



Objetivos econômicos

Promover uma renovação imobiliária em áreas hoje degradadas ou desprovidas de infraestrutura urbana.

Criar novos centros de serviços e comércio na cidade, aumentando a oferta de trabalho mais próximo da residência e desafogando o trânsito da cidade.

Oferecer novas oportunidades de crescimento para o setor imobiliário local, aquecendo a economia e gerando empregos.



nova bh 8

O Nova BH prevê investimentos que trarão mais qualidade de vida para quem mora nas regiões beneficiadas e para toda a cidade.

- 9 novos parques
- 2 parques requalificados
- 26 novas praças
- 36 praças requalificadas
- 4 novas viadutas
- 1 viaduto requalificado
- 3 novas esplanadas
- 15 novas passarelas
- 6 passarelas requalificadas
- 7 novos eixos de circulação para pedestres
- 116 km de calçadas requalificadas
- 4 km de vias requalificadas
- 4 km de novas vias implantadas
- 140 km de novas ciclovias implantadas
- melhorias urbanísticas em 29 vilas e aglomerados (no padrão Vila Viva)
- 66 imóveis do patrimônio histórico requalificados
- 6 Umeis, 2 escolas e 6 centros de saúde



nova bh 12

● empresariamento urbano●

“a administração urbana se transformou em uma forma de capitalismo tardio”. A produção da cidade se faz a partir de uma parceria público-privada, em que “[...] as tradicionais reivindicações locais são integradas com a utilização do poder público para atrair fontes externas de financiamento ou de investimento.”

- David Harvey (1996)

Início / Política / "O que importa são os resultados", rebate Marcio Lacerda

"O que importa são os resultados", rebate Marcio Lacerda

T+

T-



compartilhar:



Facebook



Google+



Twitter



postado em 19/08/2012 16:24



Geórgia Choucair /Estado de Minas

"Eu tenho muitas qualidades, mas tenho um defeito. Às vezes eu apareço de cara amarrada, pouco sorridente. Mas o que importa são os resultados, é a avaliação que a população faz do governo", afirmou neste domingo o prefeito de Belo Horizonte e candidato à reeleição pela coligação "BH Segue em Frente", Marcio Lacerda. Em caminhada no Aglomerado da Serra pela manhã, ele rebateu as críticas de que seu governo é autoritário, feitas na semana passada pela equipe do candidato do PT à Prefeitura da capital mineira, Patrus Ananias.

● caso da PBH Ativos S/A

Decretos e leis

Lei 10.003/2010: Criação da PBH Ativos S/A

Lei 14.444/2014: Estatuto social da PBH Ativos S/A

Lei n. 10.003/2010

autoriza a criação da PBH Ativos S/A

LEI Nº 10.003, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da entidade.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a criação de uma sociedade sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, sob a forma de sociedade anônima, com sede e foro no Município de Belo Horizonte, a qual funcionará por tempo indeterminado.

Art. 2º - A sociedade terá como objeto social:

- I - titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais;
- II - auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade;
- III - estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV - auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral;
- V - auxiliar o Município na atividade de conservação e manutenção de seus bens;
- VI - auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações;
- VII - licitar e/ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com os órgãos ou as entidades da Administração Direta ou Indireta do Município, salvo no caso de as obras serem destinadas à valorização dos seus próprios ativos;
- VIII - auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico;
- IX - custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- X - participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades;
- XI - captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município;
- XII - realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Lei n. 10.003/2010

estabelece o estatuto social da PBH Ativos S/A

LEI Nº 10.003, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2010

Autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da entidade.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a criação de uma sociedade sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, sob a forma de sociedade anônima, com sede e foro no Município de Belo Horizonte, a qual funcionará por tempo indeterminado.

Art. 2º - A sociedade terá como objeto social:

- I - titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais;
- II - auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade;
- III - estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV - auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral;
- V - auxiliar o Município na atividade de conservação e manutenção de seus bens;
- VI - auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações;
- VII - licitar e/ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com os órgãos ou as entidades da Administração Direta ou Indireta do Município, salvo no caso de as obras serem destinadas à valorização dos seus próprios ativos;
- VIII - auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico;
- IX - custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- X - participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades;
- XI - captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município;
- XII - realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Objetivos da empresa

- Gestão de obras de infraestrutura;
- Criação e gestão de parceria público-privadas;
- Dar garantias às PPPs;
- Captação de recursos financeiros;
- Gestão de ativos e de imóveis públicos.

Decreto n. 14.444/2011

estabelece o estatuto social da empresa

DECRETO Nº 14.444, DE 9 DE JUNHO DE 2011

Aprova o Estatuto Social da PBH Ativos S.A.

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, nos termos do art. 13 da Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, e inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto Social da PBH Ativos S.A, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, o qual integra o Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de março de 2011.

Belo Horizonte, 9 de junho de 2011

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte

ANEXO ÚNICO "ESTATUTO SOCIAL DA PBH ATIVOS S.A."

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

~~Art. 1º - A PBH ATIVOS S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, regida por este Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.~~

~~Parágrafo Único - A Companhia tem sede e foro no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo, a critério de sua Diretoria e mediante aprovação~~

Decreto n. 15.710/2014

altera o estatuto social da empresa

Determinações

Art 5º - A PBH Ativos poderá admitir como sócios:

I - pessoas jurídicas de direito público interno;

II - pessoas físicas e jurídicas de direito privado até o limite de 20%

DECRETO Nº 15.710, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014

Altera o Anexo Único do Decreto nº 14.444/2011, que aprova o Estatuto Social da PBH Ativos S.A.

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, e na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, decreta:

Art. 1º - O caput do art. 3º do Anexo Único do Decreto nº 14.444, de 9 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Capital Social da PBH Ativos S.A é de R\$254.974.385,83 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos) divididos em 29.920.591 (vinte e nove milhões, novecentos e vinte mil, quinhentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cabendo a cada uma o direito a um voto nas deliberações assembleares.”. (NR)

Art. 2º - O Anexo Único do Decreto nº 14.444/2011 passa a vigorar acrescido do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A- A PBH Ativos S.A. poderá admitir como sócios:
I - pessoas jurídicas de direito público interno;
II - pessoas físicas e jurídicas de direito privado até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.”.(NR)

Art. 3º - O art. 8º do Anexo Único do Decreto nº 14.444/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

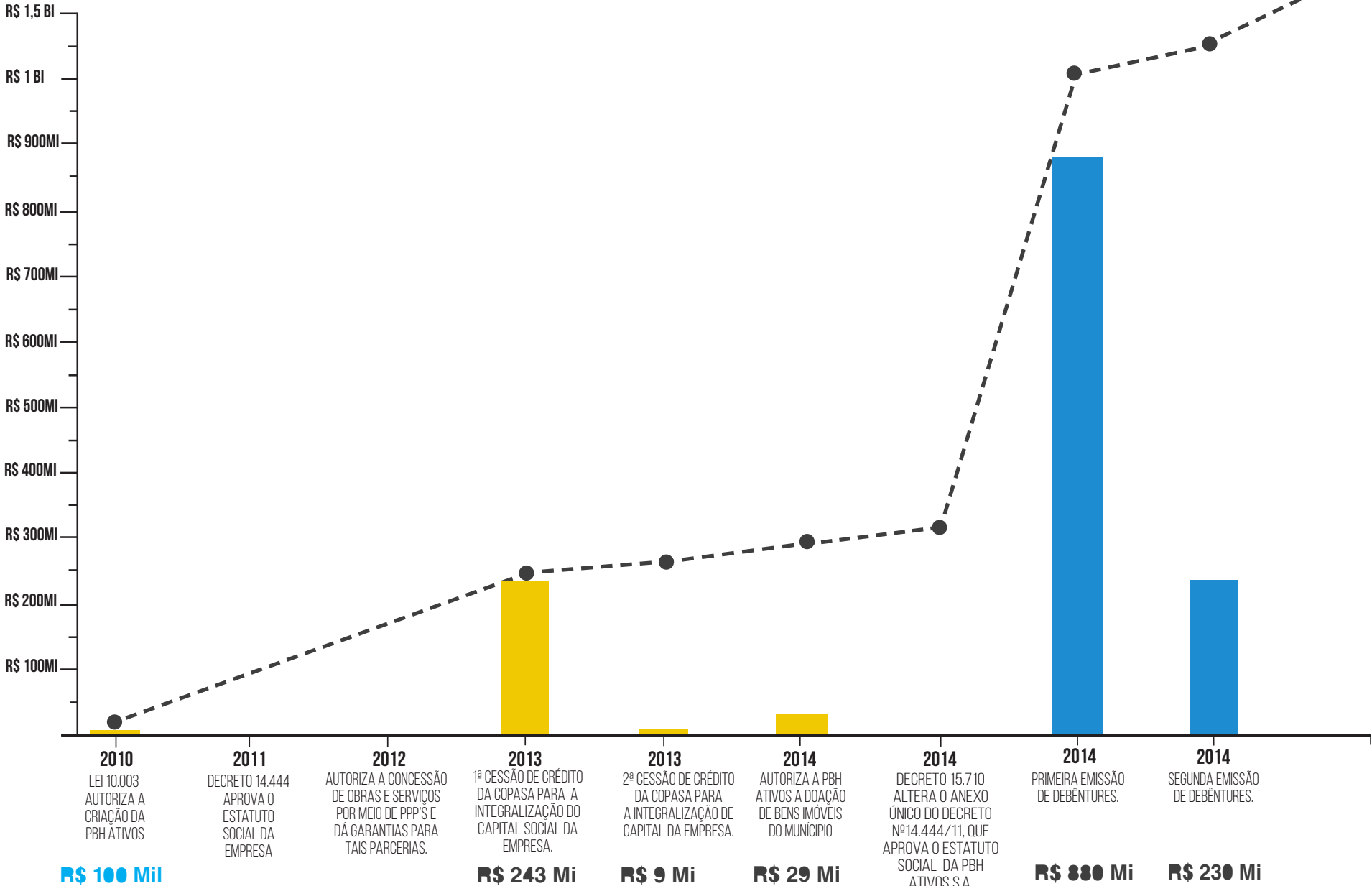
“Art. 8º- A Assembleia Geral fixará a remuneração dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como o limite de dispêndio anual com a folha de pagamento de pessoal, mediante proposta do Diretor Presidente.”. (NR)

Art. 4º - O caput do art. 9º do Anexo Único do Decreto nº 14.444/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º- A Administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, sob a fiscalização do Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável.”. (NR)

Capital envolvido na PBH Ativos S/A

- legenda
- - - MONTANTE CAPITAL
 - ORÇAMENTO PÚBLICO
 - DEBENTURES EMITIDAS

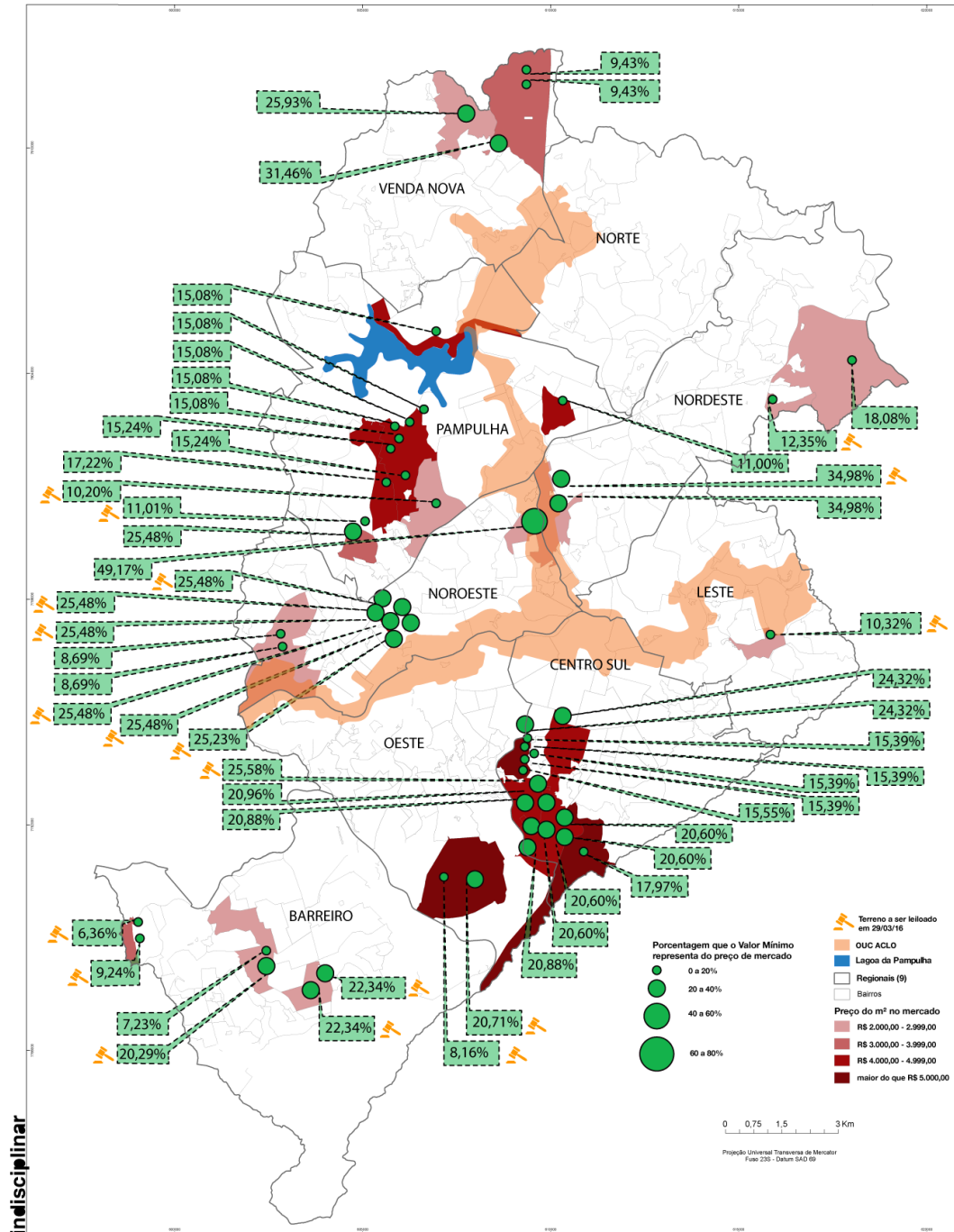


Capital envolvido na **PBH Ativos S/A**

Até agora, a prefeitura já transferiu recursos da ordem de **R\$1,180 bilhões** que incluem:

- (i) aportes em dinheiro;**
- (ii) créditos tributários e não tributários do Município;**
- (iii) créditos a receber da COPASA;**
- (iv) 53 imóveis.**

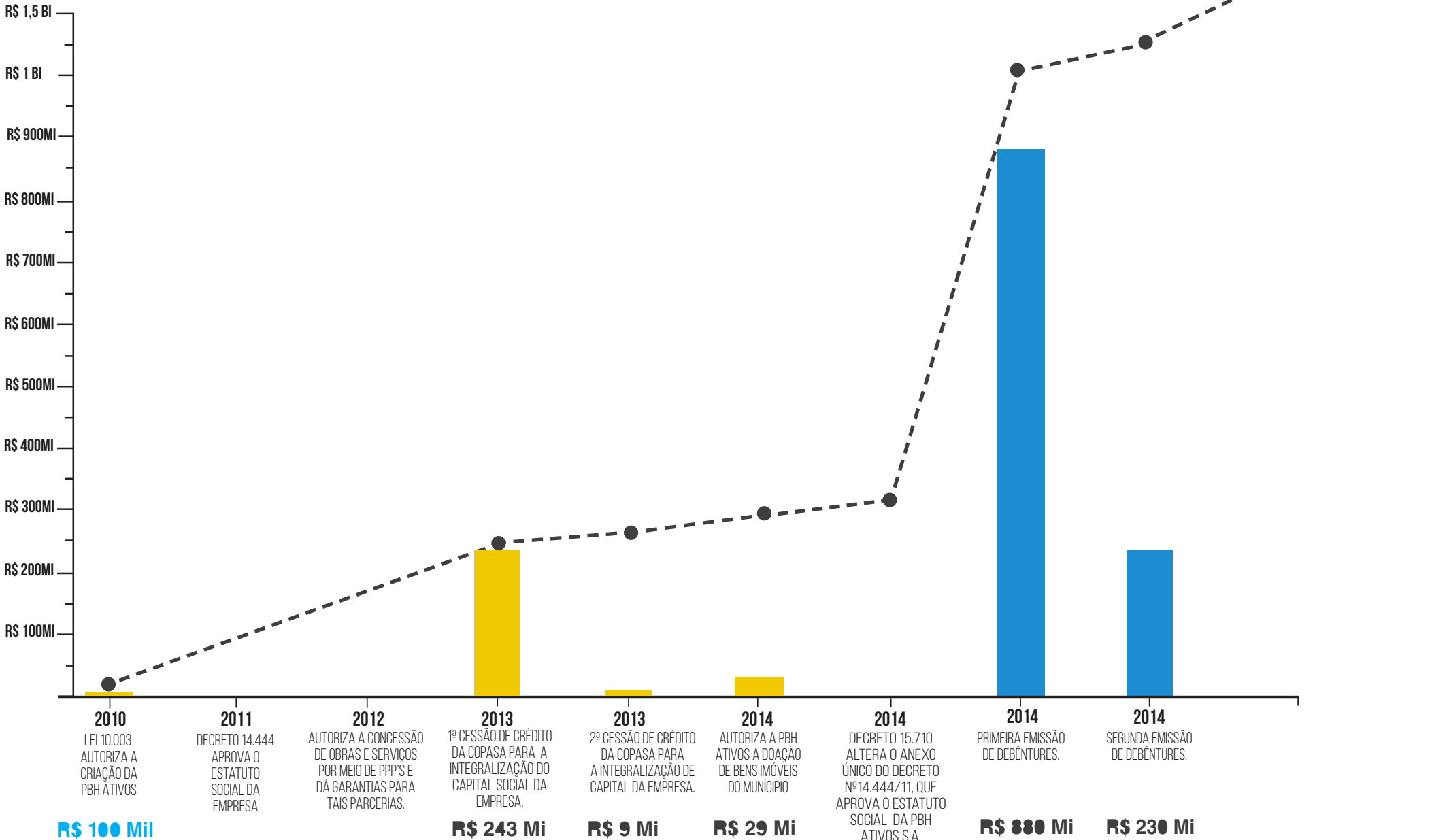
mapa (iii): porcentagem que o valor mínimo representa do preço de mercado



indisciplinar

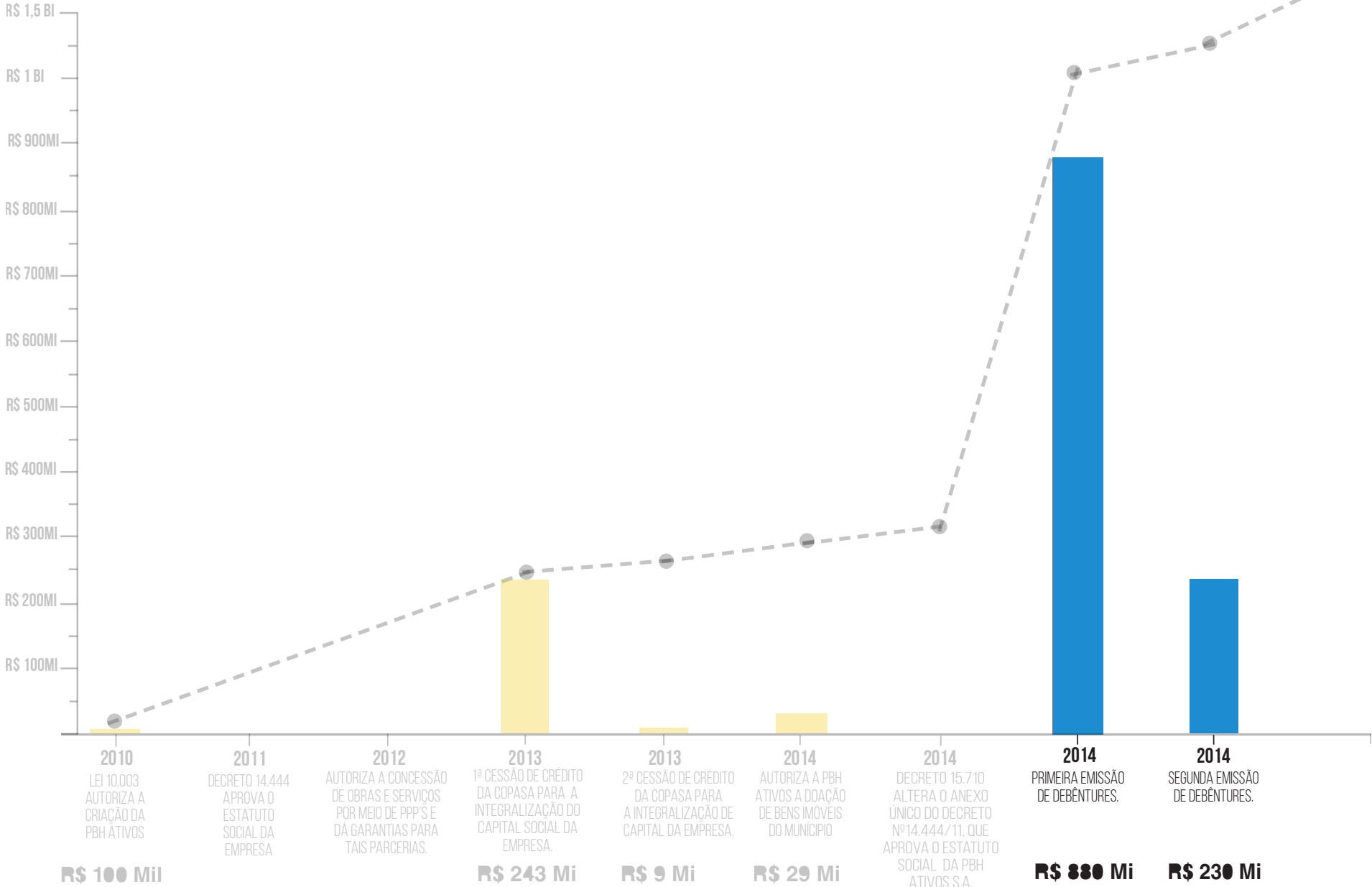
Capital envolvido na PBH Ativos S/A

- legenda
- - - MONTANTE CAPITAL
 - ORÇAMENTO PÚBLICO
 - DEBENTURES EMITIDAS



Capital envolvido na PBH Ativos S/A

- legenda
- MONTANTE CAPITAL
 - ORÇAMENTO PÚBLICO
 - DEBENTURES EMITIDAS



R\$ 2 Bi

Emissões de debêntures (2014)

PBH Ativos S/A

MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE

R\$ 880 mi

Caso a emissora
seja liquidada,
oferece preferência
de pagamento
apenas em relação
ao crédito dos
acionistas.
Não possuem limite
de emissão.

TIPO
SUBORDI-
NADA

TAXA
IPCA

PRAZO
9 ANOS

DEBENTURISTAS
MERCADO

R\$ 230 mi

PRAZO
7 ANOS

TAXA
11% A.A.
+ IPCA

TIPO
GARANTIA
REAL

Garantidas por
bens da própria
companhia ou por
créditos tributários
e não-tributários do
Município.

01/04
PRIMEIRA
EMIÇÃO

15/04
SEGUNDA
EMIÇÃO

Emissão de debêntures

aviso aos debenturistas de garantia real



AVISO AOS DEBENTURISTAS

A PBH Ativos S.A., sociedade anônima de capital fechado, CNPJ nº 13.593.766/0001-79, comunica aos debenturistas de 2ª (segunda) emissão de debêntures, conforme estabelecido na Escritura da Emissão, que o pagamento da 36ª parcela de amortização, juros e atualização monetária será efetuado no dia 17 de abril de 2017, no valor de R\$ 2.605.594,11.

NATUREZA	VALOR – R\$	DEBÊNTURES	TOTAL – R\$
JUROS	304,18130473	2.300	699.617,00
AMORTIZAÇÃO	670,00000000	2.300	1.541.000,00
CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE AMORTIZAÇÃO	158,68570110	2.300	364.977,11
TOTAL GERAL			2.605.594,11

Informações sobre o recebimento devem ser obtidas diretamente com o seu Agente de Custódia (agente responsável) pela guarda das debêntures adquiridas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

Pedro Meneguetti

Diretor Presidente

**Financeirização como
compensação pela queda
da demanda efetiva**

Ascensão da economia “on FIRE”

(Finances, Insurance and Real State) (SOJA)

Importância do sistema da dívida

- Endividamento como estrutura de valorização fetichizada (D-D')
- Endividamento como estrutura de poder
- Papel das ações de securitização

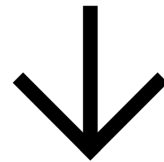
A financeirização das políticas públicas

PBH Ativos + PPP's

decreto 15.534/2014

PBH Ativos passa a atuar em conjunto à Secretaria de Desenvolvimento:

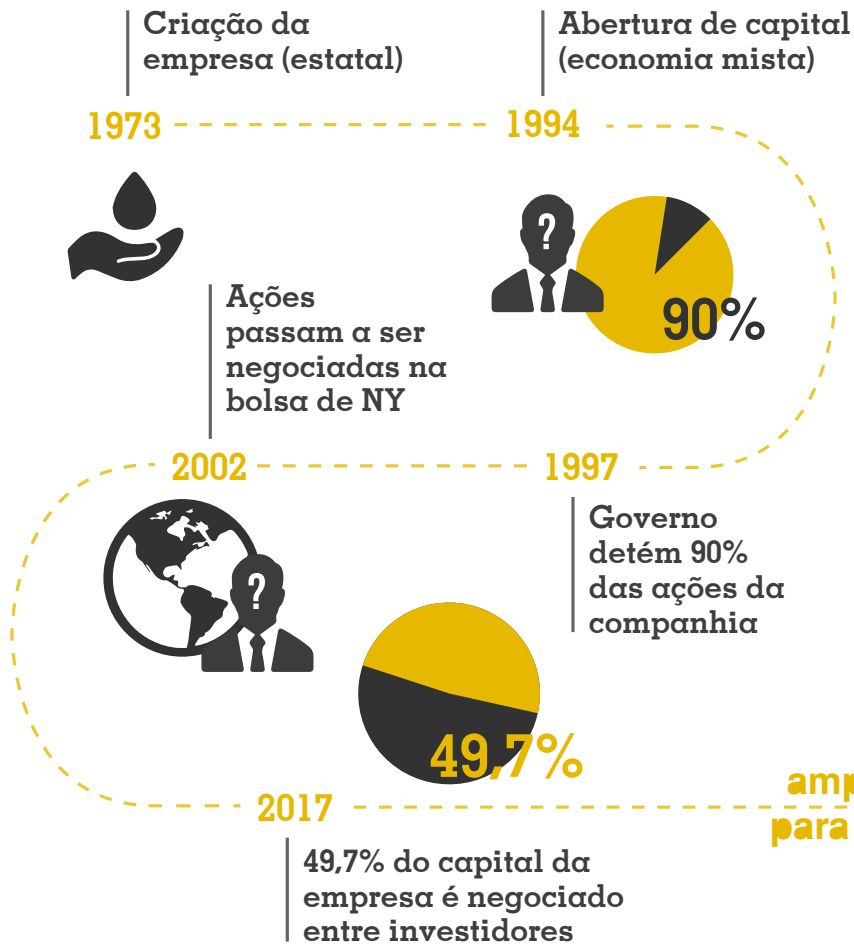
- **investimentos de infraestrutura**
- **serviços públicos**
- **cobertura de custos financeiros (pagamento de juros, debêntures, remuneração de investidores)**



A política urbana municipal de Belo Horizonte fica condicionada aos lucros desta empresa

A financierização das políticas públicas

● caso da SABESP



● caso da PBH Ativos

A privatização do orçamento

gestão urbana a serviço do mercado

**Município passa a garantir
lucros a empresas privadas,
que detêm o monopólio do
mercado de títulos da PBH
Ativos S/A.**

A financierização das políticas públicas

- Gestão da política urbana deve gerar renda aos investidores
- Captura pela lógica de rentabilidade do capital financeiro
- Refém da volatilidade do capital financeiro

A financierização das políticas públicas

Processo global de transformar a produção do espaço e sua gestão (em especial na escala local) em um **ativo financeiro**, conforme recomendado pelo FMI e Banco Mundial

A consolidação de um modelo de gestão empresarial na política urbana em BH pode significar, por exemplo:

- redução da experiência da democracia na construção da cidade, já que políticas públicas serão decididas e gestadas por um grupo de acionistas e diretores que a população não elegeu e desconhece;
- transferência de patrimônio público para os cofres dessa empresa que, mesmo sendo de capital misto, possui dinâmica baseada na rentabilidade de suas práticas econômicas;
- a redução de receita do município por meio das estratégias de formação de capital da empresa;
- assunção dos riscos do negócio pelo poder público e dos ganhos pela iniciativa privada (capitalismo sem riscos?)

PL 239 e a proposta de cisão parcial da PBH Ativos S/A



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

MENSAGEM Nº 02

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa egrégia Câmara, projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a realizar a cisão parcial da sociedade de que trata a Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, extinguindo-se a PBH Ativos S.A. e dá outras providências."

O presente projeto, na prática, tem por finalidade acabar com a forma de atuação da PBH Ativos S.A. focada em PPP's, venda de ativos e emissão de dívida.

Cumprе ressaltar que o projeto propõe a segregação da atividade de captação de recursos na Companhia Municipal de Securitização de forma a se obter uma melhor classificação de risco em futuras operações de captação de recursos de modo a reduzir-se o custo de captação, replicando no Município de Belo Horizonte modelo existente em outros Municípios e Estados.

A Companhia Municipal de Securitização será controlada pela Companhia Municipal de Investimentos e Participações, na qual seriam desenvolvidas várias atividades de apoio à administração municipal na gestão de ativos do Município, conforme o objeto social proposto, do qual destacamos a busca de maior eficiência na cobrança de créditos do Município e na elaboração e execução de projetos, além da busca de recursos junto a outras esferas de governo, organismos internacionais e setor privado.

A proposta não representa nenhum aporte de recursos financeiros, sem impacto financeiro e orçamentário para o Município. Também não implica em aumento de estrutura em face da previsão expressa de compartilhamento das estruturas atualmente existentes entre controladora e controlada, a exemplo do que ocorre atualmente em diversas organizações tanto no âmbito do Estado quanto da União.

Certo de que este projeto receberá a devida aquiescência de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, submeto-o a seu regular processamento, renovando protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

Alexandre Kalil

Presidente de Belo Horizonte

Autoriza o Poder Executivo a realizar a cisão parcial da sociedade de que trata a Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, extinguindo-se a PBH Ativos S.A. e dá outras providências.

Executivo autorizado a realizar a cisão parcial da empresa da Lei nº 10.003, de 25 de novembro de 2010, que municipal de Securitização e terá como objeto social:

Explorar economicamente ativos municipais;

municipal na captação de recursos financeiros, podendo, de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar valores mobiliários da sociedade;

operações que visem à obtenção de recursos junto

em projetos de concessão ou de parceria público-privada para assumir obrigações;

realizar operações que possibilitem a quitação, o cancelamento ou a diminuição dos encargos da dívida pública do

que trata o caput deste artigo dar-se-á após aprovação pelo Conselho Fiscal, e observará o procedimento estabelecido no Decreto nº 1.776, de 1976.

em decorrência da cisão de que trata o art. 1º, o controle acionário do Município de Belo Horizonte e com os seguintes objetivos:

economicamente ativos municipais e do seu

os espaços

a alimentar,
o de hortas

ra tanto, dar

concessões,
entidades da
controladas;

viços mediante
ação Direta ou

o objeto social

o incremento da
cargos da dívida

que envolvam a
ou qualquer outra

da política de

essoria técnica e
jetos públicos de

de atuação para os
Estados, do Distrito

o será denominada
sociedade anônima,
indeterminado.

de Investimentos e

PL 239 e a proposta de cisão parcial da PBH Ativos S/A

objeto social das empresas de administração indireta: PBH ATIVOS S/A, COMPANHIA MUNICIPAL DE SECURITIZAÇÃO E COMPANHIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES		
Lei Nº 14.444/2011		
Projeto 239/2017 - cisão parcial PBH Ativos		
PBH Ativos S/A	Companhia Municipal de Securitização	Companhia Municipal de Investimentos e Participações
I - titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais;	I - titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais	I - titular, administrar e explorar economicamente ativos e do seu patrimônio
II - auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade;	II - auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade	II - prestar serviços de gerenciamento de ativos da administração pública direta ou indireta do município de Belo Horizonte e das empresas direta ou indiretamente controladas
III - estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;	III - estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais	III - auxiliar e prestar apoio técnico da aplicação de instrumentos de políticas urbanas, em especial quanto à outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir e certificado de potencial adicional de construção
IV - auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral;	IV - auxiliar o município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações	IV - prestar apoio técnico em políticas de incentivo à conservação dos espaços livres de uso público pelo privado
V - auxiliar o Município na atividade de conservação e manutenção de seus bens;		V - auxiliar o desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar, compreendendo ações que promovam atividades de agricultura urbana e criação de hortas comunitárias
VI - auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações;		VI - auxiliar o município em projetos de concessão, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações
VII - licitar e/ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com os órgãos ou as entidades da Administração Direta ou Indireta do Município, salvo no caso de as obras serem destinadas à valorização dos seus próprios ativos;		VII - atuar como a mandatária do município em contratos de concessões, podendo, para tanto, celebrar convênios ou outros instrumentos congêneres com entidades da Administração Pública Municipal, bem como empresas direta ou indiretamente controladas
VIII - auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico;		VIII - auxiliar, gerenciar, licitar, realizar ou custear obras e serviços mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da administração direta ou indireta do município
IX - custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município;		IX - participar da formação acionária de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades
X - participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades;		X - captar recursos ou estruturar operações que possibilitem o incremento da receita, bem como a quitação, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do município
XI - captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município;	V - captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do município	XII - prestar apoio técnico para a implementação de política de desenvolvimento econômico e turismo do município
XII - realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.		XIV - prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação para os órgãos e as entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e para empresas no Brasil e no exterior.

indisciplinar

PBH + BHTrans + Prodabel + outros
99,1% 0,2% 0,2% x%

PBH Ativos S/A ————— **R\$125.000.000**

Lei de cisão (PL 239/17)

**Companhia de
Securitização**

50,01%

Art. 3º - PL 239/17

**Companhia de
Participação e
Investimento**

**composição acionária
via decreto.
Lei autorizativa**

**Emitir valores
mobiliários (dívida),
inclusive de terceiros**

**Tais dívidas, de
terceiros, são
lastreadas pelo
orçamento público
+
Recursos dos lucros
obtidos pela gestão
das políticas públicas**

**Vender consultoria
para outros
lugares, inclusive
no estrangeiro**

**ação em rede com
outras empresas com
lógicas operacionais
semelhantes**

A lógica da financeirização e o Golpe

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 204, de 2016 (complementar)

Autoria: Senador José Serra

Assunto: Econômico – Tributação.

Imprimir

Ementa e explicação da ementa

Ementa:

Dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação.

Explicação da Ementa:

Permite aos entes da federação, mediante autorização legislativa, ceder direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado.

Em tramitação

Situação Atual

Relator atual: Romero Jucá
Último local: 29/03/2017 – Comissão de Assuntos Econômicos (Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos)
Último estado: 29/03/2017 – MATÉRIA COM A RELATORIA

Participe

Opine sobre esta matéria

28

SIM

1.973

NÃO

indisciplinar©
2017